



A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite (2018 – 2020).

The development agenda of the industrial bourgeoisie in Rio Grande do Sul during the first two years of the government of Eduardo Leite (2018 - 2020).

La agenda de desarrollo de la burguesía industrial en Rio Grande do Sul durante los dos primeros años del gobierno de Eduardo Leite (2018 - 2020).

Marco Andre Cadona

Resumo:

O objetivo do trabalho é analisar a agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial para o Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo estadual de Eduardo Leite (2019 – 2020). Nas eleições estaduais de 2018, a burguesia industrial propôs uma agenda de desenvolvimento estruturada em cinco pontos principais: 1. Segurança jurídica para os investimentos privados; 2. Redução do tamanho do setor público; 3. Investimentos em infraestrutura e logística; 4. Política de inserção externa; 5. Desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo. Tomando como referência empírica as mobilizações coletivas lideradas pela FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) no período 2019/2020, o artigo indica como essa agenda alcançou receptividade nas ações do governo Eduardo Leite e nas discussões encaminhadas por esse sobre a atuação do estado subnacional na dinâmica de desenvolvimento.

Palavras-chave:

Burguesia industrial; Agenda de desenvolvimento; Desenvolvimento subnacional; Governo Eduardo Leite.

Abstract:

The objective of the work is to analyze the development agenda defended by the industrial bourgeoisie for Rio Grande do Sul during the first two years of the state government of Eduardo Leite (2019 - 2020). In the 2018 state elections, the industrial bourgeoisie proposed a development agenda structured on five main points: 1. Legal security for private investments; 2. Reduction in the size of the public sector; 3. Investments in infrastructure and logistics; 4. External insertion policy; 5. Development of a culture of entrepreneurship. Taking as an empirical reference the collective mobilizations led by FIERGS (Federation of Industries of the State of Rio Grande do Sul) in the period 2019/2020, the article indicates how this agenda reached receptivity in the actions of the Eduardo Leite government and in the discussions carried out by him on the performance of the subnational state in the development dynamics.

Keywords:



Industrial bourgeoisie; Development agenda; Subnational development; Eduardo Leite government.

1 Introdução.

O artigo apresenta uma análise da agenda de desenvolvimento defendida pela burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo estadual de Eduardo Leite (2019 – 2022). Tomando como referência as mobilizações coletivas lideradas pela FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) no período 2019/2020, o artigo indica como essa agenda alcançou receptividade nas ações do governo Eduardo Leite e nas discussões encaminhadas por esse sobre a atuação do Estado subnacional na dinâmica de desenvolvimento no Rio Grande do Sul.

Não se pretende apenas fazer um registro histórico dos posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação aos dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite. Mais do que isso, pretende-se contribuir para a análise de duas questões importantes na bibliografia existente sobre a participação da burguesia industrial na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e seu comprometimento com a construção de agendas de desenvolvimento subnacional.

Nessa direção, inclusive, posiciona-se em favor da tese de que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul demonstra, por meio da atuação de suas instituições de representação de interesses de classe (como é o caso da FIERGS), capacidade política de articulação de propostas de desenvolvimento que, mais do que possibilidades de consenso intraclasse, a colocam como um importante sujeito histórico na discussão de agendas subnacionais de desenvolvimento. Agendas essas que, em que pese as adaptações conjunturais e as divergências possíveis entre lideranças e setores econômicos, articulam-se em torno de uma recorrente crítica à atuação estatal no provimento de bens sociais e na regulação de relações econômicas e sociais, e em defesa da presença do Estado na criação de condições favoráveis aos investimentos privados no território gaúcho.

Sob o ponto de vista das fontes de informações, a análise apresentada está sustentada nas seguintes publicações da FIERGS: 1. O Semanário “Semana FIERGS”, no período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, cujas publicações registram e socializam ações e posicionamentos da entidade; 2. O documento “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, construído para as eleições de 2018 e utilizado na discussão com candidatos (tanto para o executivo quanto para o legislativo) sobre os posicionamentos da entidade naquelas eleições; 3. O documento “Custo RS”, construído no início de 2020, com o objetivo de discutir reformas do Estado no âmbito subnacional. Além dessas fontes de informação, foram consideradas publicações de artigos de dirigentes da FIERGS em jornais da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

2 Burguesia industrial, ação coletiva e a construção de agendas subnacionais de desenvolvimento.

A análise da participação da FIERGS na discussão de agendas de desenvolvimento permite o enfrentamento de problemáticas importantes na bibliografia



que investiga a ação coletiva da burguesia industrial no Brasil. Dentre essas problemáticas duas se destacam: sua capacidade de atuação como força social e coletivamente organizada; e a sua participação na construção de agendas de desenvolvimento nas unidades subnacionais do País.

No que diz respeito à capacidade da burguesia industrial em atuar como força social e coletivamente organizada, esse é um dos principais pontos de discordância na bibliografia que analisa sua participação política no Brasil. Para alguns pesquisadores, a atuação política da burguesia industrial a partir do período de “abertura democrática” (década de 1980) se caracteriza pela “fragmentação excessiva” e pelo “caráter corporativo”; o que, agravado pela inexistência de associações empresariais de maior abrangência e capazes de organizar a ação coletiva, inviabiliza uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DINIZ; BOSCHI, 2004; DINIZ; PEREIRA, 2008). Para outros pesquisadores, já a partir daquele período a burguesia industrial demonstra significativa capacidade de atuação coletiva, liderada por entidades de representação que demonstram habilidade política para viabilizar uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (DREIFUSS, 1986; BARBOSA, 2003; MANCUSO; OLIVEIRA, 2006; AUTOR1, 2009).

A posição teórica assumida neste artigo pressupõe que as teses afirmativas do “caráter corporativo”, da “heterogeneidade de interesses” e, mais do que isso, do reduzido grau de articulação classista da burguesia industrial, relativizam a capacidade política dessa fração burguesa no Brasil. Além de obscurecerem o significado histórico de sua participação na defesa das “reformas estruturais” (neoliberais) a partir da década de 1990.

Claro que a heterogeneidade de interesses é constituinte da experiência de formação de classe da burguesia industrial, até mesmo por que não há uma “burguesia monolítica” (BARBOSA, 2003). Essa constatação, no entanto, não relativiza a sua capacidade em atuar como força social e coletivamente organizada em defesa de seus interesses de classe, posicionando-se ativamente em favor de determinadas direções e projetos históricos de desenvolvimento do capitalismo no país, e contra direções e projetos defendidos por forças sociais e políticas identificadas como antagônicas aos seus interesses de classe.

Exemplos dessa capacidade política (e da direção política e ideológica de suas ações coletivas) podem ser encontrados tanto no processo de articulação intraclasse quanto nas formas de atuação política da burguesia industrial nas instâncias de poder governamental (Legislativo e Executivo, nas esferas estaduais e nacional).

Em nível nacional, por exemplo, os Encontros Nacionais da Indústria (ENAI), promovidos anualmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), são ilustrativos. Desde que foi criado, em 2006, anualmente as federações estaduais da indústria articulam agendas de discussão em seus estados, das quais resulta a formação de comitês que participam dos ENAI, onde as lideranças industriais do país definem uma agenda que orienta suas ações coletivas nas instâncias nacionais de atuação estatal, em especial no Executivo e no Legislativo. Nesses encontros, além de uma “Carta da Indústria”, são elaboradas as “Agendas Legislativas da Indústria” que, uma vez aprovadas, tornam-se referências nas articulações e pressões políticas, tanto das lideranças quanto das entidades



de representação da indústria, no Congresso Nacional (MANCUSO, 2007; AUTOR1, 2009; SANTOS, 2014; GOSTA, BORCK, 2019).

A capacidade de articulação classista da burguesia industrial, aliás, ficou evidenciada já a partir da década de 1980. E os exemplos ilustrativos são vários: o apoio consensual ao processo de “abertura democrática”, controlado de cima e sem grandes rupturas (DREIFUSS, 1986); a defesa (ainda que com críticas pontuais, enfatizadas principalmente nos momentos de agravamento das crises econômicas) às reformas neoliberais ao longo dos anos 1990 (AUTOR1, 2009; MANCUSO; OLIVEIRA, 2006); o apoio crítico aos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003, com ênfase na defesa de reformas neoliberais e nas críticas às direções (e profundidade) das políticas de distribuição de renda (BOITO JR., 2018); e, num período mais recente, a articulação política em defesa às reformas propostas pelo governo de Michel Temer (2016 – 2018) e ao seu projeto “Uma ponte para o Futuro” (BOITO JR., 2018).

Claro que a articulação classista ocorre em contextos históricos marcados por conflitos e contradições que decorrem não somente do processo de democratização no país, mas, também, da dinâmica de desenvolvimento e de inserção do “capitalismo brasileiro” no processo de mundialização do capital. Nesse sentido, faz-se importante adotar uma perspectiva de análise atenta à complexidade das relações entre as formas coletivas de atuação das classes sociais com as circunstâncias históricas concretas. Essa questão torna-se importante, inclusive, para a compreensão de divergências existentes entre setores econômicos e, mesmo, entre segmentos regionais em torno de direções políticas e ideológicas assumidas pelas lideranças industriais em diferentes conjunturas. Por exemplo, a FIERGS nunca se posicionou contrária à abertura da economia e à integração econômica proposta a partir da constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No entanto, desde a década de 1980 mantém-se articulada na defesa de restrições e de políticas compensatórias para os setores da indústria gaúcha que enfrentam maior concorrência com os produtos de outros países-membros do MERCOSUL (AUTOR1, 2009).

Adotar uma perspectiva de análise dessa natureza torna-se importante, inclusive, para uma compreensão mais clara da defesa da burguesia industrial aos projetos de reformas neoliberais no país. Ainda que o posicionamento favorável ao neoliberalismo mistifique práticas de defesa de interesses corporativos e setoriais, é preciso compreender o significado histórico que o ideário neoliberal assumiu no comportamento político e ideológico da burguesia industrial no Brasil.

Desde os anos 1980, a aproximação com o ideário neoliberal tem se colocado como uma estratégia política e ideológica de defesa de reformas no Estado e na economia, mas, principalmente, contrária a políticas que objetivam avançar na garantia de direitos sociais e democráticos. Nesse sentido, se a análise da adesão da burguesia industrial ao neoliberalismo precisa estar atenta às incongruências e, inclusive, contradições entre um discurso que ressalta as virtudes do mercado e uma prática política que se acoberta sob o manto protetor da intervenção estatal, não pode se descuidar, igualmente, da importância que essa concepção política e ideológica assume em sua atuação coletiva em favor da dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia.



Atenta a essa perspectiva, na análise apresentada neste texto não se toma a articulação classista da burguesia industrial como um dado. Antes pelo contrário, sua capacidade de atuação coletiva é tomada como um problema, um processo a ser investigado. Mas, ao mesmo tempo, destaca-se a capacidade que algumas “instituições tradicionais” de representação dos interesses demonstram ter ao se colocarem como “elite orgânica” da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de “visualizar objetivos globais” (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial) e de “operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas” (DREIFUSS, 1986, p. 23).

Em relação à segunda questão, ou seja, à participação da burguesia industrial na discussão de agendas de desenvolvimento subnacional, é importante destacar que, no caso dos industriais no Rio Grande do Sul, pelo menos desde a década de 1990 ficou cada vez mais claro para as suas lideranças que, diante da mundialização do capital e da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção mais incisiva na construção de agendas subnacionais de desenvolvimento. Seja para criar condições políticas mais favoráveis aos investimentos de capital já localizados no território estadual, seja para atrair novos investimentos produtivos (principalmente do capital internacional), diversificando a estrutura industrial e fomentando uma nova dinâmica de desenvolvimento no território gaúcho (AUTOR1, 2009).

A preocupação com a questão subnacional, aliás, não era novidade nos posicionamentos políticos da burguesia industrial durante a década de 1990. Na década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual levou a FIERGS à elaboração de um documento (conhecido como “Relatório Sayad”), por meio do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação. O referido documento propunha, por exemplo, como forma de aumentar a capacidade de investimento dos governos gaúchos e de apoiar a iniciativa privada localizada em território estadual, a transferência da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) para o sistema Telecomunicações Brasileiras S/A (TELEBRÁS), a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de reduzir os gastos públicos (GROS, 1990; AUTOR1, 2009).

Contudo, a questão subnacional ganhou maior importância na década de 1990. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada num novo contexto de desenvolvimento do capitalismo em nível nacional. A partir de então, a abertura da economia, a reestruturação neoliberal do Estado, as políticas de atração de capital internacional, o maior descomprometimento dos governos nacionais com o desenvolvimento regional e a vinculada guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais, ressaltaram a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além disso, o contexto político sul-rio-grandense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo. Pela primeira vez, forças sociais e políticas vinculadas às classes trabalhadoras no estado, que desde o processo de “abertura democrática”



vinham se opondo às reformas neoliberais no país, conquistaram um espaço político suficiente para coloca-las à frente do executivo estadual.¹

Naquele contexto de polarização política e ideológica, a FIERGS passou a ter maior participação na construção de propostas de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Nessa direção, desde o início da década de 1990, suas direções elaboraram agendas de desenvolvimento que, transformadas em documentos institucionais da entidade, passaram a ser discutidas, em todo o território gaúcho, tanto com lideranças locais e regionais quanto com os candidatos a cargos eletivos. No primeiro caso, por meio de uma estratégia de mobilização intraclasse, denominada “interiorização da entidade”, através da qual as lideranças das FIERGS realizam reuniões periódicas com representantes empresariais e lideranças locais, nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul. No segundo caso, por meio de reuniões de apresentação e de discussão de tais agendas para candidatos ao legislativo e ao executivo no Rio Grande do Sul, de modo geral em reuniões realizadas na própria sede da entidade, em Porto Alegre (AUTOR1, 2009).

A FIERGS, nessa direção, coloca-se como um centro irradiador de conscientização, de mobilização, de organização e de lutas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Como ensinava René Dreifuss, o exercício do poder de uma classe não se esgota com a história de confabulações e conchavos, de eleições e diretrizes de governo (DREIFUSS, 1986). O poder de uma classe se expressa, também, no “preparo para a ação, pela potencialização dos atores” e, nesse processo, que não é espontâneo, certos “agentes coletivos” têm importância fundamental. São “agentes coletivos” que atuam como um “córtex político”, ou seja, como órgãos que conseguem “visualizar objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis”, intervindo no interior das classes, buscando uma articulação hegemônica, procurando regular as relações divergentes, perseguindo a produção de uma coesão interna de classe. Mas, também, como “estado-maior”, órgãos capazes de operacionalizar os objetivos de classe e de viabilizar a inserção política e ideológica da classe, pretendendo que os projetos particulares classistas se convertam em demandas gerais, “sociais”, “nacionais” (DREIFUSS, 1986).

3 A agenda de desenvolvimento da burguesia industrial nos dois primeiros anos do governo de Eduardo Leite.

A mobilização política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, visando a defesa de uma agenda de desenvolvimento no período correspondente ao do governo de Eduardo Leite, iniciou ainda nas eleições de 2018, quando foram eleitos os representantes políticos, tanto em nível estadual quanto em nível nacional, para o período 2019 – 2022.

¹ A prefeitura de Porto Alegre foi administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no período de 1989 a 2004. Naquele período, a cidade se tornou uma referência para as forças sociais e políticas críticas ao neoliberalismo no mundo inteiro, ao colocar-se como Sede do Fórum Social Mundial. O poder político-eleitoral do PT em Porto Alegre se estendeu para a escala estadual, pois tanto em 1994 quanto em 1998 o partido foi para o segundo turno das eleições estaduais, saindo vitorioso em 1998, quando elegeu Olívio Dutra governador do estado.



Naquele contexto, a FIERGS elaborou um documento que orientou os debates promovidos pela entidade, denominado “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”. O documento foi apresentado e discutido com candidatos que concorreram naquelas eleições no Rio Grande do Sul, além de ter sido encaminhado à CNI e aos postulantes à Presidência da República (FIERGS, 2019). Após as eleições, também foi discutido com deputados federais e estaduais eleitos pelo/no Rio Grande do Sul e com o governador eleito, Eduardo Leite (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

A agenda de desenvolvimento apresentada na “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial” foi estruturada em “cinco eixos”, a partir dos quais a burguesia industrial no Rio Grande do Sul destacou suas principais propostas para o desenvolvimento da indústria: 1. Segurança Jurídica, Desburocratização, Simplificação e Eficiência Administrativa/Tributária do Setor Público; 2. Infraestrutura e Logística; 3. Adequação do Tamanho e Peso do Setor Público; 4. Inserção Externa e Novas Tecnologias; 5. Empreendedorismo, Indústria e Sociedade (FIERGS, 2018).

Na discussão sobre *Segurança Jurídica, Desburocratização, Simplificação e Eficiência Administrativa/Tributária do Setor Público*, a burguesia industrial criticou a “alta carga tributária”, o excesso de leis, normas e regras e apresentou as seguintes propostas: - reforma tributária visando simplificar e diminuir a incidência de impostos sobre bens e serviços; - ampliação dos prazos de recolhimento dos impostos; - maior previsibilidade na elaboração e na aplicação de normas e leis; - reforma do PIS/Cofins sem aumento da carga tributária; - maior incentivo às parcerias entre público e privado; - postura de orientação, e não “punitiva”, por parte dos órgãos fiscalizadores; - desburocratização dos procedimentos para licenciar empresas; - desoneração tributária dos investimentos; - alíquota interestadual única; - reforma e simplificação do ICMS; - “modernização competitiva dos processos do Estado” a fim de desburocratizar e simplificar suas ações (FIERGS, 2018, p. 24-25).

No que diz respeito à *Infraestrutura e Logística*, a burguesia industrial criticou as “deficiências” da infraestrutura e da logística e apresentou como propostas: - a privatização/concessão à iniciativa privada de serviços públicos; - mudanças nas agências reguladoras para evitar “influência política”; - mais investimentos nos transportes hidroviário, rodoviário e ferroviário (FIERGS, 2018, p. 31-2).

Visando a *Adequação do Tamanho e Peso do Setor Público*, a burguesia industrial destacou quatro pontos considerados “críticos”: a dívida pública elevada, as taxas de juros elevadas, o spread bancário excessivo e o regimento previdenciário “insustentável”. E, em decorrência, apresentou como propostas: - a reforma da previdência (nacional e estadual); - a “modernização do setor público para adequar os processos e carreiras a uma estrutura de Estado enxuta”; - a independência do Banco Central; - a promoção de competitividade no setor bancário; - a reforma administrativa com o objetivo de diminuir os gastos públicos; - a transparência dos custos e benefícios das empresas estatais; - a restrição na estabilidade dos funcionários públicos; - o cumprimento “rigoroso” da Lei de Responsabilidade Fiscal; - a extinção (no Rio Grande do Sul) da exigência de plebiscito para a venda de empresas estatais; - a destinação orçamentária para o Legislativo, Judiciário e Defensoria pública de “forma vinculada à receita efetivamente arrecadada pelo RS” (FIERGS, 2018, p. 39-40).



Quanto à *Inserção Externa e Novas Tecnologias*, a burguesia industrial apresentou um diagnóstico segundo o qual o Brasil é um País “extremamente fechado” ao comércio internacional, possuindo “pequena inserção nas cadeias globais de produção” e “baixa capacidade de geração de conhecimento”. A partir desse diagnóstico, defendeu as seguintes propostas: - a “realização de Acordos Comerciais com mercados relevantes”; - a “facilitação do acesso e redução de custo de insumos e tecnologias importadas sem similar nacional”; - a “simplificação dos procedimentos de acesso ao crédito para inovação”; - “maior eficiência do INPI para registrar e proteger a inovação”; - a “abertura comercial vinculada ao aumento da escala de produção”; - um “plano de Estado para a gestão e planejamento da competitividade sistêmica do país” e; - um “plano realista de fortalecimento dos clusters de produção já estabelecidos” (FIERGS, 2018, p. 46).

Por fim, em relação ao *Empreendedorismo, Indústria e Sociedade*, a burguesia industrial destacou que os “estados com o piso regional são os que menos crescem”, que a “modernização trabalhista propicia novos empregos” e reduz “o litígio entre empregadores e empregados”, que o Brasil “tem forte caráter empreendedor” e que há necessidade de “promover a cidadania”, indicando que as “questões comportamentais” (“temperamento, falta de proatividade e relacionamento interpessoal inadequado”) são as causas principais das demissões nas empresas (FIERGS, 2018, p. 54). Em decorrência, como propostas de ação para os governos que iniciariam em 2019, defendeu: - a “preservação das conquistas da modernização trabalhista”; - o “aprofundamento da reforma trabalhista”; - campanhas publicitárias em defesa da importância da indústria; - a readequação das entidades públicas para favorecer o empreendedorismo; - o aperfeiçoamento e a defesa do Sistema S; - um maior estímulo à cidadania (educação voltada para o empreendedorismo e para o desenvolvimento de novas tecnologias) e; - a extinção do Piso Regional no Rio Grande do Sul (FIERGS, 2018, p. 55-56).

A defesa da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial” mobilizou a ação coletiva da burguesia industrial durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite. Desde o início de 2019, suas lideranças articularam ações coletivas visando transformar os eixos defendidos em referências para as ações do governo gaúcho. Nessa direção, ainda em fevereiro, a FIERGS reuniu 35 dos 55 deputados estaduais em sua Sede, para apresentar e discutir sua agenda de desenvolvimento (FIERGS, *Semana FIERGS*, 15.04.2019). Também naquele mês de fevereiro, o presidente da FIERGS, Gilberto Porcello Petry, teve uma audiência com o governador Eduardo Leite, ocasião na qual discutiu a agenda de desenvolvimento defendida (FIERGS, *Semana FIERGS*, 15.02.2019). Em abril, na Sede da FIERGS, foi lançada a Frente Parlamentar da Indústria Gaúcha, constituída por deputados estaduais e representantes da indústria, com o objetivo de tornar as propostas defendidas na “Plataforma” consequentes nas ações do legislativo e do executivo estaduais. Elegendo o deputado Fábio Branco (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) como líder da Frente, as manifestações na ocasião ressaltaram o potencial de contribuição da “Plataforma” para “levar o Estado às primeiras posições no ranking de competitividade do País” (FIERGS, *Semana FIERGS*, 18.04.2019).

Portanto, desde o início do governo Eduardo Leite, as lideranças da burguesia industrial construíram, junto ao executivo e ao legislativo estaduais, uma situação favorável não somente para a discussão, mas, também, para a implementação de propostas



defendidas através da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”. Encontraram na maioria das lideranças políticas eleitas em 2018 boa receptividade em relação às suas demandas e aos seus interesses de classe.

A boa receptividade encontrada pela burguesia industrial, no entanto, não impediu situações de conflitos e de discordâncias em relação a decisões tomadas pelo executivo e legislativo estaduais. Ainda durante 2019, isso ficou evidenciado, por exemplo, nas discussões sobre um tema importante na agenda política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul: o salário mínimo regional. Desde que foi criada a possibilidade de um salário mínimo regional no Brasil, os industriais no Rio Grande do Sul se posicionaram contrários à instituição de um “salário mínimo gaúcho” e, em todos os anos, articulam pressões políticas com o objetivo de extingui-lo ou, então, tornar seus valores o mais próximo possível dos valores do salário mínimo nacional (AUTOR1, 2016).²

Em 2019, as primeiras mobilizações críticas ao salário mínimo regional ocorreram em fevereiro, quando a FIERGS, visando pressionar o governo Eduardo Leite e os deputados estaduais em favor de sua extinção, realizou um levantamento sobre a dinâmica da economia gaúcha a partir dos anos 2000. Através do levantamento realizado, as lideranças industriais destacaram que, “de 2001, ano da implantação do Piso Regional gaúcho, até 2017, o Rio Grande do Sul apresentou o segundo menor crescimento no número de empregos com carteira assinada entre os estados brasileiros” (FIERGS, *Semana FIERGS*, 08.02.2019). E enfatizaram que no mesmo período o salário mínimo nacional obteve uma elevação de 531,8%, enquanto o piso regional gaúcho foi elevado em 692,4%. Reafirmando que a FIERGS sempre foi contrária ao piso regional, que os seus reajustes “foram muito acima da inflação”, as lideranças industriais argumentaram que a manutenção do salário mínimo regional dificultava a criação de empregos, agravando a situação de desemprego já existente (FIERGS, *Semana FIERGS*, 08.02.2019).

As pressões políticas da burguesia industrial, que se somaram às pressões realizadas por outras entidades de representação dos interesses da burguesia no Rio Grande do Sul (FEDERASUL, FECOMÉRCIO, FARSUL), não foram exitosas em 2019. Em que pese suas propostas (extinção do piso ou, então, reajuste zero) terem sido defendidas na Assembleia, a maioria dos deputados estaduais aprovou um reajuste de 3,4% no salário mínimo regional (JORNAL DO COMÉRCIO, 2019).

Por outro lado, ainda em 2019 a burguesia industrial conseguiu aprovar demandas importantes e apresentadas na “Plataforma de Compromissos por um Brasil Industrial”. Uma dessas demandas decorreu de suas pressões em favor de reformas administrativas no Estado. Ao longo daquele ano, suas lideranças articularam pressões políticas, tanto no executivo quanto no legislativo, para que suas propostas de reformas administrativas fossem assumidas como propostas de governo. Em abril, por exemplo e dentro de uma estratégia de pressão política, o presidente da FIERGS publicou um artigo nos jornais de

² O salário mínimo regional foi criado no Brasil em 2000, através da Lei Complementar n. 103, que regulamentou o Artigo 7 da Constituição de 1988, permitindo os estados da Federação passassem a instituir os valores mínimos dos salários em seus territórios, por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo estadual. A partir de então, alguns estados instituíram o salário mínimo estadual, dentre os quais o Rio Grande do Sul, cuja primeira lei foi aprovada em 2001 (AUTOR1, 2016, p. 170).



Porto Alegre, cobrando das autoridades governamentais no estado comprometimento com as propostas defendidas pela burguesia industrial.

A sociedade gaúcha tem pressa.

A sociedade gaúcha tem pressa em relação à aprovação de reformas que recolorem o Rio Grande do Sul no caminho do desenvolvimento sustentado. Qualquer atraso nesta agenda [...] frustra as expectativas da maioria da população que elegeu o atual Governo do Estado, justamente para promover as reformas [...] que foram amplamente debatidas durante o período eleitoral de 2018. Entre elas, a prioridade está na diminuição do tamanho da máquina estatal, através do processo de privatizações, concessões, e parcerias público-privadas, que ajudará no combate ao déficit estatal, e a indispensável adesão do Rio Grande do Sul ao Plano de Recuperação Fiscal do Governo Federal. Neste sentido, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul apoia a PEC 272/2019 que dispensa a realização de consulta plebiscitária para a venda, alienação ou transferência de controle acionário da CEEE, da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Sulgás. Não é mais aceitável [...] destinar verbas do erário público para reduzir o prejuízo de empresas estatais [...]. Assim, a aprovação da PEC 272, encaminhada há mais de 40 dias para a Assembleia Legislativa, deverá destravar o processo das reformas aguardadas por todos os segmentos da população gaúcha, na mesma linha do programa de parcerias para estimular concessões e PPPs, recentemente lançado no Palácio Piratini, e que igualmente deve ser aplaudido e apoiado por todos nós (PETRY, 2019a).

Essa demanda da burguesia industrial, em favor do encaminhamento rápido da privatização de importantes empresas estatais gaúchas, foi atendida ainda no primeiro semestre de 2019. No final do mês de abril, a Proposta de Emenda Constitucional 272 (PEC 272), retirando da Constituição Estadual a obrigatoriedade de realização de plebiscito para ouvir a população sobre a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), da Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e da Companhia de Gás do RS (Sulgás), foi aprovada em primeiro turno pela Assembleia Legislativa. Logo em seguida, no início de maio, a Assembleia Legislativa confirmou a aprovação da referida PEC, em votação de segundo turno, abrindo o caminho para que o governo Eduardo Leite privatizasse as três empresas sem consulta à população (CORREIO DO POVO, 2019).

Duas outras importantes mobilizações coletivas foram articuladas pelas lideranças da burguesia industrial ainda em 2019, visando defender sua agenda de desenvolvimento.

A primeira delas ocorreu em setembro, quando a FIERGS organizou uma campanha publicitária em favor da instituição de um novo Código Estadual de Meio Ambiente. Naquele período, o governo Eduardo Leite encaminhou para a Assembleia Legislativa a proposta de um novo código ambiental. A proposta do executivo estadual obteve amplo apoio da FIERGS, que organizou a campanha publicitária visando pressionar os deputados estaduais pela aprovação do novo código. Um dos instrumentos utilizados na campanha publicitária foi a colocação de cinco banners na região metropolitana de Porto Alegre, contendo os seguintes conteúdos: 1. “Ambiente com mais crescimento; aprove o novo código – PL 431/19”; 2. “Ambiente com mais empregos; aprove o novo código – PL 431/19”; 3. “Ambiente com mais inovação: aprove o novo



código – PL 431/19”; 4. Ambiente com mais inovação; aprove o novo código – PL 431/19”; 5. “Ambiente com mais empreendimentos; aprove o novo código – PL 431/19” (FIERGS, *Semana FIERGS*, 18.09.2019).

A discussão sobre o novo código ambiental tramitou na Assembleia Legislativa até dezembro, quando o projeto encaminhado pelo executivo foi aprovado. O código aprovado foi amplamente criticado pelos partidos de oposição ao governo Eduardo Leite, mas, também, pelos movimentos sociais e entidades ambientais. É elogiado pelas lideranças da burguesia no Rio Grande do Sul, dentre as quais os dirigentes da FIERGS, da FARSUL e da FEDERASUL (FERRAZ, 2019).

Uma segunda importante mobilização da burguesia industrial durante 2019 ocorreu já no mês de dezembro, quando suas lideranças entregaram para todos os deputados estaduais um documento contendo um conjunto de propostas de “modernização administrativa do Rio Grande do Sul”. No documento, reafirmando as propostas contidas na “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, as lideranças da burguesia industrial enfatizaram que, naquele momento, estavam apoiando as “medidas encaminhadas à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo visando à modernização do setor público”, em especial aquelas que objetivassem diminuir os gastos com pessoal. E destacaram positivamente duas medidas encaminhadas pelo executivo estadual naquele momento: as alterações na carreira dos servidores, com o objetivo de “reduzir as vantagens funcionais” e, conseqüentemente, o crescimento vegetativo da folha de pagamento do estado; e as mudanças nas regras previdenciárias, cuja intenção, frisavam, visava “frear o aumento explosivo do déficit da Previdência Estadual” (FIERGS, *Semana FIERGS*, 16.12.2019).

Durante 2019, portanto, as propostas defendidas pela burguesia industrial tiveram grande aceitação no executivo e no legislativo estaduais. Criando entre suas lideranças, inclusive, confiança e expectativas positivas quanto a avanços na implementação de sua agenda de desenvolvimento em 2020. Ainda que, no contexto de expansão da crise provocada pela pandemia da Covid-19, algumas tensões políticas surgiram, em especial no que diz respeito às “regras de distanciamento controlado”, adotadas pelo executivo estadual com o objetivo de controlar a pandemia no território gaúcho.

Observe-se que já a partir do terceiro trimestre de 2019 alguns indicadores econômicos assinalavam uma desaceleração no já baixo ritmo de crescimento observado na economia gaúcha a partir de 2017/2018 (BLACK, 2020, p. 16). Essa desaceleração se intensificou em 2020, quando a economia gaúcha foi atingida por uma estiagem nos meses de verão e pela crise sanitária da COVID-19. Em relação ao fator climático, a falta de chuvas provocou perdas significativas na agricultura gaúcha, fazendo o PIB (Produto Interno Bruto) da agropecuária cair 19,7% no primeiro trimestre e 39,4% no segundo semestre (em relação aos mesmos períodos de 2019) (BLACK, 2020, p. 16). E o fator sanitário, decorrente da pandemia da COVID-19, provocou um “choque” tanto de oferta quanto de demanda, com resultados negativos em todos os setores econômicos; no caso da indústria de transformação, a queda de produção chegou aos 15,8% até o mês de junho (BLACK, 2020, p. 17).



A conjuntura de crise sanitária e de agravamento da crise econômica não impediu a continuidade das mobilizações políticas da burguesia industrial em defesa de sua agenda de desenvolvimento. Pelo contrário, em alguns momentos a crise sanitária se mostrou funcional para que determinadas demandas fossem alcançadas. Isso ocorreu, por exemplo, na discussão sobre o salário mínimo regional em 2020. Novamente, suas lideranças mobilizaram ações coletivas visando a extinção do salário mínimo regional ou, então, um menor reajuste possível no mesmo. O governo Eduardo Leite até encaminhou uma proposta de reajuste (4,5% de aumento), mas a mesma foi derrotada na Assembleia Legislativa, que decidiu em favor de reajuste zero para o ano de 2020 (FIERGS, *Semana FIERGS*, 11.09.2020).

Duas outras grandes mobilizações políticas foram organizadas pelas lideranças da burguesia industrial durante 2020, ambas diretamente vinculadas à agenda de desenvolvimento apresentada em 2018: a primeira com o objetivo de pressionar ações governamentais em favor da redução do que denominaram “Custo RS” e a segunda em favor de uma reforma tributária estadual.

Quanto à *mobilização em favor da redução do “Custo RS”*, ainda em março a FIERGS produziu um documento com essa denominação, com o objetivo de discutir e pressionar (tanto no Legislativo quanto no Executivo estaduais) em favor de “reformas” no Estado subnacional. Na apresentação daquilo que se constituiria numa “campanha política”, o presidente da FIERGS publicou um artigo nos jornais de Porto Alegre, justificando a importância da mesma:

O Insustentável “custo RS”

Uma importante questão passa despercebida na maioria das discussões sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trata-se do “Custo RS”, ou seja, o ônus maior que recai sobre as indústrias gaúchas, em comparação as localizadas nos demais Estados. Estudo da FIERGS apurou 30 fatores que sobrecarregam as cadeias produtivas onerando desde a área trabalhista até ambiental, passando pela tributação mais alta, burocracia, baixos investimentos na infraestrutura, e qualidade da energia. [...] o alto custo dos insumos básicos, como a maior tributação nos combustíveis e a instabilidade no fornecimento de energia elétrica, junto com a falta de investimentos em infraestrutura e logística são outros entraves. No âmbito trabalhista, a existência do Piso Salarial Regional, acima do salário mínimo nacional, serve para fomentar um debate político anacrônico, posicionando o RS [...] no antepenúltimo lugar na criação de empregos formais no Brasil, no período de 2001 a 2018. Mesmo com esse quadro, temos a certeza de que o RS pode trilhar um novo caminho, a partir das Reformas que o Governo do Estado vem promovendo com a receptividade da maioria do parlamento gaúcho. Cabe, agora, reproduzir essa união para iniciar o combate decisivo ao insustentável Custo RS. A sociedade agradecerá os resultados que virão das ações de estímulo e valorização do setor industrial [...] (PETRY, 2019b).

A manifestação do presidente da FIERGS já era resultado de um processo político que resultou na criação do documento “Custo RS”, que ainda em março de 2020 foi entregue para lideranças políticas no Rio Grande do Sul, dentre os quais o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ernani Polo (PP – Partido Progressista), em reunião realizada na Sede da FIERGS (FIERGS, *Semana FIERGS*, 06.03.2020).



Retomando pontos centrais da “Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial”, através da discussão sobre o “Custo RS” a burguesia industrial elencou um conjunto de “30 maiores entraves à competitividade do setor industrial gaúcho”, apresentado “possíveis soluções” aos mesmos. Os “30 maiores entraves” foram organizados em seis grandes áreas: 1. Relações trabalhistas (piso regional; vinculação do piso do engenheiro ao salário mínimo; fiscalização do trabalho; emissão de alvarás pela vigilância sanitária); 2. Tributação e Burocracia (majoração das alíquotas internas de ICMS; elevada tributação sobre combustíveis; concessão de incentivos fiscais; produtos submetidos à substituição tributária; vedação ao creditamento de ICMS nas contas de energia elétrica da CEEE-D; incidência de ICMS sobre frete interestadual; complexidade do MDF-E Intermunicipal; custos de serviços da junta comercial); 3. Infraestrutura e Logística (investimentos em infraestrutura estadual; dificuldade em realizar PPPs; alto custo logístico em virtude das péssimas condições dos modais existentes; falta de investimento no Porto de Rio Grande; dificuldade de acesso ao Porto de Rio Grande; sucateamento do modal hidroviário; deterioração da malha ferroviária; aeroporto Salgado Filho); 4. Energia (deficiência nas linhas de transmissão de energia; gás insuficiente); 5. Comércio Exterior (concentração das exportações de manufaturados para o mercado argentino; altos custos portuários nas operações de comércio exterior; déficit de rotas internacionais diretas a partir de Porto Alegre; saldo credor de ICMS); 6. Meio Ambiente (valor das taxas de licenciamento ambiental; licenciamento de atividade de mineração; licenciamento de parque eólico; regulamentação do Código Estadual do Meio Ambiente) (FIERGS, 2020).

O detalhamento dos “fatores” que a burguesia industrial identificou como constituintes do “custo RS”, bem como das propostas que defendeu como soluções aos problemas detectados, requer um esforço analítico que está para além do horizonte do presente artigo. De qualquer forma, é importante destacar que o diagnóstico e as propostas apresentadas estavam em sintonia com a agenda de desenvolvimento apresentada no contexto político-eleitoral de 2018. Além disso, o debate proposto sobre o “Custo RS” se sustentou, sob o ponto de vista político-ideológico, numa perspectiva neoliberal que, ao mesmo tempo que defende a redução do tamanho do Estado (defesa de reforma administrativa, com diminuição dos gastos públicos) e uma menor participação do Estado na regulação das relações econômicas e sociais, cobra desse mesmo Estado ações proativas que garantam maiores investimentos públicos em infraestrutura e condições mais favoráveis aos investimentos privados.

Em relação à *reforma tributária*, em julho de 2020 o governo Eduardo Leite encaminhou para a Assembleia Legislativa uma proposta de reforma, contendo um conjunto de medidas, dentre as quais as principais foram: 1. Simplificação com redução do número de alíquotas do ICMS; 2. Redistribuição da carga tributária, com redução das alíquotas incidentes sobre a maioria dos produtos, mas, também, com elevação das alíquotas de vinho, refrigerante, aguardente e GLP; 3. Medidas de estímulo à atividade econômica e à retomada pós-pandemia: a) redução da alíquota efetiva para compras internas; b) redução do prazo de creditamento do ICMS dos bens de capital; c) devolução parcial dos créditos de “uso e consumo”; d) devolução de saldos credores de exportação; e) revisão do Simples Gaúcho, com aumento do teto de faturamento das empresas para concessão de isenções durante o ano de 2021; f) extinção do DIFAL – “imposto de



fronteira” – para micro e pequenas empresas a partir de 2022; g) estímulo à importação pelo RS através da infraestrutura aeroportuária; 4. Revisão sistemática de benefícios fiscais: a) extinção parcial de isenções e reduções de base de cálculo; b) criação de Fundo Devolve ICMS; 5. Redução do ônus fiscal para famílias de baixa renda; 6. Modernização da administração tributária, com diminuição de burocracia, medidas de combate à sonegação e à informalidade; 6. Transparência e cidadania, com mecanismos de devolução de impostos para toda a população e ampliação dos valores destinados a entidades assistenciais; 7. Tributação menor do consumo e maior do patrimônio (GOV-RS, 2020).

As primeiras manifestações das lideranças da burguesia industrial em relação à proposta de reforma tributária do governo Eduardo Leite foram de cautela, alegando-se ser uma proposta ampla que necessitava uma avaliação cuidadosa. Contudo, muitas das medidas anunciadas foram elogiadas, na medida que estavam em sintonia com o que a FIERGS já defendia (FIERGS, *Semana FIERGS*, 03.07.2020). A FIERGS se posicionou oficialmente em relação à proposta em setembro de 2020, num momento em que o executivo estadual encontrava dificuldades para aprová-la na Assembleia Legislativa. Através da posição oficial da FIERGS, as lideranças industriais reafirmaram a contrariedade em relação à elevação da carga tributária e enfatizaram a importância de a reforma tributária “contemplar medidas formais para que o setor público assuma a contrapartida de redução de seus custos”. Reconhecendo que a proposta do executivo tinha pontos positivos, as lideranças da burguesia industrial identificaram “pontos de convergência” e “pontos de divergência” com a proposta do governo, apontando também “contrapartidas” que deveriam ser assumidas pelo poder público estadual. Dentre os pontos de convergência, destacaram: 1. Retorno das alíquotas provisórias aos patamares originais antes da majoração; 2. Redução da alíquota efetiva nas compras internas para 12%; 3. Simplificação e redistribuição da carga tributária; 4. Redução do prazo de creditamento do ICMS dos bens de capital; 5. Devolução parcial dos créditos de “uso e consumo”; 6. Devolução de saldos credores de exportação; 7. Modernização da administração tributária; 8. Programa “Nos Conformes RS”. E dentre os pontos de divergência: 1. A percepção de que a proposta do executivo tornava permanente uma carga tributária que deveria ser transitória; 2. A majoração da carga tributária do ITCD; 3. O aumento da carga tributária da cesta básica; 4. A tributação desigual do IPVA entre veículos a combustão e veículos híbridos/elétricos. E como contrapartidas do governo cobraram: 1. A defesa da criação de um teto de gasto para o governo; 2. A apresentação da PEC do duodécimo, com repartição do orçamento de acordo com a receita realizada; 3. A renovação dos convênios CONFAZ por prazo indeterminado; 4. Medidas permanentes para a manutenção da competitividade da indústria gaúcha (FIERGS, *Semana FIERGS*, 11.09.2020).

O governo Eduardo Leite, diante das dificuldades encontradas, retirou sua proposta de reforma tributária da Assembleia Legislativa ainda no mês de setembro. Na ocasião, a FIERGS publicou uma “posição oficial” em relação à atitude do governador, na qual afirmou que a “decisão de retirar a proposta de Reforma Tributária foi tomada por uma avaliação política do Governo”, que a proposta tinha pontos positivos e pontos negativos e que, por isso, “cabia negociar as correções e aprimoramentos”.



A posição das lideranças industriais, destacando pontos positivos e pontos negativos na proposta do governo Eduardo Leite, se manteve até o final de 2020, quando uma proposta do executivo foi aprovada na Assembleia Legislativa. Proposta que foi aprovada, no entanto, por que contou com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, que negociou seu apoio com o governo colocando como contrapartida a exigência de destinação, no orçamento de 2021, de R\$ 1,5 bilhão para a compra de vacina contra a Covid-19 (SCHAFFNER, 2020).

A proposta aprovada contemplou demandas da burguesia industrial, ainda que não nas condições cobradas em suas mobilizações. Através da reforma aprovada, o governo gaúcho diminuiu alíquotas de ICMS sobre energia elétrica, gasolina, álcool e serviços de comunicação, de 30% para 25% a partir de 2022; reduziu também a alíquota básica de ICMS, que era de 18% e foi reduzida para 17,5% em 2021 e para 17% a partir de 2022; contemplou uma demanda antiga dos setores empresariais, com a redução da alíquota efetiva nas compras internas entre empresas e o fim da cobrança do diferencial de alíquotas (Difal) nas compras externas quando um produto de outro estado tiver alíquota efetiva similar à praticada no Rio Grande do Sul (GOV-RS, 2020). Num momento de crise decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19, o governo propôs medidas com potencial de redução da receita tributária do estado gaúcho. Na perspectiva das lideranças da burguesia industrial, no entanto, as medidas adotadas deveriam ter resultados imediatos, como forma de proteger o “setor produtivo” dos efeitos da pandemia.

O presidente da FIERGS, ao se posicionar em relação à reforma tributária aprovada, indicou a positividade da redução da alíquota básica do ICMS e registrou a expectativa de que houvesse uma redução escalonada já a partir de 2021 nas alíquotas de energia, telecomunicações e combustível. Nenhum posicionamento das lideranças industriais, registrados no período de aprovação da reforma tributária, indicou críticas contundentes à proposta aprovada na Assembleia (FIERGS, *Semana FIERGS*, 18.12.2020).

Por fim, cabe destacar os posicionamentos políticos da burguesia industrial em relação às ações adotadas pelo governo Eduardo Leite visando controlar a expansão da pandemia no Rio Grande do Sul. Evidentemente, pela importância que o tema ganhou em 2020 e pelas controvérsias que foram geradas a partir das ações tomadas pelo governo estadual, não é possível, nos limites deste artigo, uma análise detalhada dos diferentes momentos em que as lideranças industriais se posicionaram em relação às decisões do governo gaúcho. No entanto, para fins da análise da relação entre a burguesia industrial e o governo Eduardo Leite, é importante registrar três frentes de ação que foram adotadas pela FIERGS.

A primeira frente de ação expressou uma preocupação da direção da FIERGS, no sentido de oferecer informações para as indústrias localizadas no território gaúcho. Nessa direção, a entidade criou um endereço específico em sua página na Internet (“COVID-19 MEDIDAS DA FIERGS”), disponibilizando informações organizadas em quatro blocos: 1. Notícias, com informações de posicionamentos e ações desenvolvidas pela entidade, direta ou indiretamente relacionadas com a Pandemia; 2. Comunicados técnicos, com comunicados e ações desenvolvidas pelos diferentes conselhos temáticos que existem na entidade; 3. Quadro de Monitoramento, a partir do qual a entidade disponibiliza todas as



pleitos realizados em função da Covid-19, com o acompanhamento de quais demandas foram atendidas pelo governo, quais foram atendidas parcialmente e quais não foram atendidas; 4. Parecer sobre a atividade industrial, com avaliações jurídicas sobre as medidas adotadas pelos governos e suas repercussões nas atividades industriais (FIERGS, 2020).

A segunda frente de ação se vinculou à mobilização liderada em nível nacional pela CNI, visando apresentar propostas de apoio à indústria ao governo de Jair Bolsonaro. Ainda em março de 2020, através do Fórum Nacional da Indústria (que reúne representantes das Federações Estaduais da Indústria e de setores industriais), a CNI elaborou um documento que foi enviado para o Presidente da República, para Ministros de Estado, para os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, além de líderes de partidos políticos e de blocos partidários no Congresso Nacional. As propostas da CNI foram organizadas em quatro temas: tributação, política monetária, financiamento e legislação trabalhista. E cada um desses temas compreendeu demandas tais como: adiamento/prorrogação/parcelamento/dispensa temporária no pagamento de tributos; redução de taxas de juros; linhas de crédito e maior facilidade para acesso de créditos bancários; permissão para flexibilizar regras de contratação e de uso da força-de-trabalho (FIERGS, *Semana FIERGS*, 20.03.2020).

Tomando como referência as sugestões encaminhadas pela CNI ao governo federal, no Rio Grande do Sul as três principais entidades representativas dos interesses de classe da burguesia – FIERGS, FECOMÉRCIO e FARSUL – ainda em março se reuniram e elaboraram um “manifesto” (“Pela Reativação da Economia Gaúcha”), a partir do qual apresentaram suas preocupações quanto “à ameaça de desabastecimento que poderá caso se prolonguem [...] as proibições das atividades empresariais” e um conjunto de dez medidas, com o objetivo de amenizar os efeitos da crise sanitária sobre a “economia gaúcha”: 1. Diferir a cobrança do ICMS, assim como o Imposto devido por Substituição Tributária por, no mínimo, 90 dias; 2. Suspender a fiscalização, as autuações, bem como da sua inscrição em dívida ativa em relação à apuração nos meses de março a agosto de 2020 do ICMS; 3. Renegociar os débitos tributários, nos moldes de um Regis Estadual, com carência de 90 dias para iniciar o pagamento; 4. Prorrogar por 90 dias o pagamento das taxas de serviços essenciais para o setor produtivo, como energia elétrica, gás e água; 5. Flexibilizar as regras de revogação do Programa Refaz-2019 (Decreto n. 54.853), para aqueles contribuintes que ficarem inadimplentes por três meses consecutivos, ou ainda, a interrupção dos pagamentos de parcelamentos em andamento e a retomada dos mesmos a partir de setembro de 2020; 6. Prorrogar a validade das certidões negativas de débitos vigentes, até dezembro de 2020; 7. Ampliar, flexibilizar e desburocratizar as linhas de crédito disponibilizadas pelo Banrisul, BRDE e Badesul; 8. Suspender por 60 dias os prazos dos processos administrativos no âmbito da administração pública estadual direta e indireta; 9. Suspender a exigência do MDFe intermunicipal e interestadual por tempo indeterminado; 10. Prorrogar todos os estímulos fiscais até o final do ano de 2020 (FIERGS, *Semana FIERGS*, 27.03.2020).

E a terceira frente de ação vinculou-se diretamente às decisões do governo de Eduardo Leite, mais especificamente no que diz respeito às políticas de restrição que o governo estadual propôs à sociedade gaúcha desde o período em que a expansão da



pandemia exigiu medidas de controle social. Ao longo de 2020, nesse sentido, as lideranças da burguesia industrial se manifestaram criticamente em relação às medidas de restrição das atividades econômicas, mantendo posição favorável à flexibilização das regras de controle. No mês de julho, inclusive, num momento em que a crise sanitária iniciava uma escalada de agravamento no Rio Grande do Sul, os presidentes da FIERGS, da FECOMÉRCIO e da FEDERASUL foram até o governador Eduardo Leite solicitar “reavaliação dos protocolos de funcionamento das atividades econômicas do Plano de Distanciamento Controlado”. Na ocasião, os dirigentes dessas entidades entregaram um documento ao governador, indicando as dificuldades já enfrentadas pelas empresas no contexto da pandemia e cobrando do governo maior sensibilidade às já existentes formas de proteção e de controle que as empresas adotavam nos locais de produção (FIERGS, *Semana FIERGS*, 03.07.2020).

O teor das manifestações das lideranças industriais, ao longo do ano, foi esse: criticaram as medidas governamentais que implicavam restrições às atividades econômicas e elogiaram as decisões em favor de maior liberdade para as empresas definirem suas estratégias de controle da pandemia. A manifestação do presidente da FIERGS, nesse sentido, é ilustrativa:

Restrições ao setor industrial são desnecessárias.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul [...] manifesta sua contrariedade às restrições de operação do setor fabril nas Regiões gaúchas e Porto Alegre com “Bandeira Vermelha” em função da Covid-19. As fábricas já dispõem, há muito, da cultura do uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – somando a isso novas práticas de prevenção diante da pandemia. Os sistemas produtivos são organizados mediante planejamento, objetivando a eficiência, o que por si só afasta a aglomeração de trabalhadores. E não há presença de consumidores em suas instalações. Portanto, não é aconselhável o aumento de restrições ao setor. Além disso, as estatísticas de ocupação de UTIs nas cidades-polo podem levar a distorções na aplicação dos critérios de contingência. [...]. Essa realidade indica uma política pública urgente de distribuição de investimentos visando equipar e ampliar hospitais regionais, desconcentrando as internações nas cidades de maior porte e que são, por isto, mais atingidas pelas medidas restritivas. A FIERGS espera que em vez de restrições, sejam feitas ações nesse sentido, além de reconhecer a relevância das indústrias estabelecidas no Rio Grande do Sul que geram empregos e impostos nas mais diversas Regiões, e que por suas características operacionais não podem ser oneradas com decisões de sanfona – abre e fecha – retirando as mínimas condições de previsibilidade que o setor fabril e seus trabalhadores necessitam. A sociedade deseja mais ações e menos restrições. Gilberto Petry. Presidente da FIERGS. (FIERGS, *Semana FIERGS*, 26.06.2020).

As três frentes de ação que a FIERGS liderou expressam as questões consideradas mais importantes pela burguesia industrial durante 2020, quando articularam mobilizações visando defender seus interesses de classe no contexto de expansão da pandemia da Covid-19 no Rio Grande do Sul: por um lado, a necessidade de políticas governamentais de proteção à indústria e, por outro lado, a perspectiva crítica adotada em



relação às ações governamentais de controle da pandemia, quando essas implicaram restrição às atividades empresariais.³

4 Considerações Finais.

A análise apresentada neste trabalho permitiu uma compreensão de como a burguesia industrial se mobilizou visando defender sua agenda de desenvolvimento na definição das políticas governamentais no Rio Grande do Sul durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite. Nessa direção, foi possível indicar que, durante o período considerado, a burguesia industrial encontrou boa receptividade, tanto no executivo quanto no legislativo estaduais, à sua agenda de desenvolvimento, proposta ainda no contexto das eleições de 2018. Temas importantes e defendidos naquele momento, vinculados a reformas no Estado subnacional, à reforma tributária, a um código ambiental favorável aos investimentos privados, a políticas de concessão de subsídios e de renúncias fiscais, mesmo ao salário mínimo regional (em 2020), foram aprovadas durante os dois primeiros anos do governo Eduardo Leite.

A mobilização política analisada é expressão da capacidade de atuação classista da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Uma capacidade de classe que se objetiva na articulação intraclasse, através de mobilizações que resultam na construção de agendas políticas e de ações coletivas visando a defesa dessas agendas. Mas que também se objetiva na criação de espaços políticos junto às instâncias estatais de decisão, onde e quando diferentes estratégias de pressão são mobilizadas para a transformação de suas agendas políticas em agendas de governo.

A agenda de desenvolvimento que a burguesia industrial defendeu no período analisado está diretamente vinculada aos seus interesses imediatos, em especial no que diz respeito ao aprofundamento da lógica de produção da mais-valia na relação direta entre capital e trabalho (crítica ao salário mínimo regional), à criação de um “ambiente estadual de negócios” favorável aos investimentos do capital, à redefinição da atuação do Estado em favor de ganhos de produtividade e de competitividade ao capital, ainda que isso ocorra através do aprofundamento da dissociação entre o desenvolvimento capitalista e a democracia. São essas questões que ficam evidenciadas nas mobilizações em favor da redução da carga tributária, mesmo num período de agravamento da crise financeira do Estado e de maior necessidade de investimentos públicos para controlar a epidemia e seus

³ O governo Eduardo Leite adotou, a partir de abril de 2020, um “modelo de distanciamento controlado”, considerando critérios de saúde e de atividade econômica. Nessa direção, criou um sistema de bandeiras, com protocolos obrigatórios e critérios específicos para os diferentes setores econômicos. Dentre os critérios, o território gaúcho foi dividido em 20 regiões, que passaram a ser monitoradas de acordo com a velocidade de propagação da Covid-19 e da capacidade de atendimento do sistema de saúde. No total, foram adotados onze indicadores (tais como: número de novos casos, óbitos, leitos de Unidade de Terapia Intensiva disponíveis, dentre outros), a partir dos quais as bandeiras de cada região passaram a ser determinadas. A partir desses indicadores, cada região passou a receber uma bandeira (nas cores amarela, laranja, vermelha ou preta, sendo essa última indicação de maior gravidade). Sob o ponto de vista dos setores econômicos, a partir de cada cor de bandeira foram definidas regras gerais, com critérios de funcionamento e protocolos de prevenção (GOV-RS. *Modelo de Distanciamento Controlado*, 2020).



efeitos sanitários e sociais. São essas questões que decorrem das prioridades colocadas na discussão sobre “Custo RS”, quando foram elencados como “entraves” ao desenvolvimento questões relacionadas à “alta tributação”, ao pouco investimento estatal em infraestrutura, às regulamentações públicas que restringem a liberdade das empresas, à considerada frágil ação dos governos na criação e na ampliação de mercados para as empresas; e não discussões sobre investimentos do Estado em questões fundamentais para a própria dinâmica da economia, como por exemplo a educação e a saúde (em especial num tempo em que a crise sanitária impactou negativamente na economia do País). São essas questões que ficam evidenciadas, também, diante da crise sanitária provocada pela pandemia, quando as prioridades nas mobilizações da burguesia industrial se definiram a partir do interesse de diminuir os efeitos da crise sobre os investimentos privados, seja através de demandas em favor de renúncia fiscal, subsídios, financiamentos facilitados, seja através das críticas às medidas governamentais visando controlar a propagação da pandemia.

Do governo estadual, nesse sentido, as mobilizações políticas da burguesia industrial buscam torná-lo um espaço de transformação de sua agenda particular numa agenda não somente do governo, mas do território gaúcho, dos gaúchos. Afinal, como frisava René Dreifuss, essa é uma das tarefas das elites orgânicas da burguesia: operacionalizar os objetivos de classe e viabilizar a inserção política e ideológica da classe, convertendo seus projetos particulares em demandas gerais.

Referências.

BARBOSA, Agnaldo. Interpretações sobre a burguesia industrial brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 15, 31-44, 2003.

BLACK, Clarissa. A economia gaúcha no primeiro semestre de 2020. **Revista Estudos de Planejamento**, n. 16, p. 2-25, 2020.

BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: UNICAMP, 2018.

AUTOR 1. A burguesia industrial e o desenvolvimento subnacional no Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos posicionamentos da FIERGS em relação ao salário mínimo estadual durante o governo de Yeda Crusius. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 46, p. 161-180, 2016.

_____. **A inserção neoliberal**: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil (anos 1990). Florianópolis: UFSC, 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia Política).

CORREIO DO POVO. Assembleia aprova PEC que libera venda de estatais sem plebiscito. **Correio do Povo digital**, Porto Alegre, 07. mai. 2019. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/assembleia->



[aprova-pec-que-libera-venda-de-estatais-sem-plebiscito-1.337424](#). Acesso em: 28 mar. 2021.

COSTA, Paulo; BORCK, Igor. Empresariado, parlamento e democracia: a CNI e o Congresso Nacional (2010 – 2017). **Opinião Pública**, v. 25, n. 2, p. 433-471, 2019.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DINIZ, Eli; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?** Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.Empres%C3%A1riosEliDinizBresserPereira.9Outubro07.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FERRAZ, Mateus. Assembleia aprova novo código ambiental do RS. **Zero Hora Digital**, Porto Alegre, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ambiente/noticia/2019/12/assembleia-aprova-novo-codigo-ambiental-do-rs-ck41yzgvw014201qh9tcg4vz9.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **COVID-19 Medidas da FIERGS**. Porto Alegre: FIERGS, 2020. In: <https://www.fiergs.org.br/covid-19-medidas-da-fiergs>.

_____. **Custo RS**. Porto Alegre: FIERGS, 2020.

_____. **Plataforma de Compromissos para um Brasil Industrial**. Porto Alegre: FIERGS, 2018.

_____. **Semana FIERGS**, Porto Alegre: FIERGS, 2019-2020. Disponível em: <https://www.fiergs.org.br/semana-fiergs>.

GOV-RS. **Modelo de Distanciamento Controlado**, 2020. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//modelo-de-distanciamento-controlado-apresentacao.pdf>. Consulta em: 25 mar. 2021.

_____. **PL 246 é sancionado com medidas para o desenvolvimento do Estado**, 2020. Disponível em: <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/14315/pl-246-e-sancionado-com-medidas-para-o-desenvolvimento-do-estado> <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/14315/pl-246-e-sancionado-com-medidas-para-o-desenvolvimento-do-estado>. Consulta em: 25 mar. 2021.

GROS, Denise. Empresariado e atuação política na Nova República. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, 17(4): 113-120, 1990.



JORNAL DO COMÉRCIO. FIERGS apresenta agenda da indústria a deputados. **Jornal do Comércio Digital**, 13 fev. 2019. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/politica/2019/02/670141-fiergs-apresenta-agenda-da-industria-a-deputados.html>. Consulta em: 25 mar. 2021.

_____. Salário-mínimo regional tem reajuste de 3,4%. **Jornal do Comércio digital**, 28 de maio de 2019. Disponível em:

<https://www.jornaldocomercio.com/ conteudo/politica/2019/05/686324-salario-minimo-regional-tem-reajuste-de-3-4.html>. Consulta em: 28 mar. 2021.

MANCUSO, Wagner; OLIVEIRA, Amâncio. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, v. 69, p. 147-172, 2006.

MANCUSO, Wagner. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista Sociologia e Política**, n. 28, p. 131-146, 2007.

PETRY, Gilberto. A sociedade gaúcha tem pressa. Porto Alegre, **Zero Hora**, 02 abr. 2019a.

_____. O insustentável “custo RS”. Porto Alegre, **Zero Hora**, 04 mar. 2019b.

SANTOS, Manoel. Representação de Interesses na Câmara dos Deputados. **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, n. 1, p. 52-70, 2014.

SCHAFFNER, Fábio. Sem votos na base, Leite fecha acordo com PT e alíquota geral de ICMS cairá em 2021. **Zero Hora Digital**, 22 dez. 2020. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/12/sem-votos-na-base-leite-fecha-acordo-com-pt-e-aliquota-geral-de-icms-caira-em-2021-ckj0a8nab001r017wnll6tkgs.html>. Consulta em: 17 mar. 2021.